

O DINHEIRO COMO PROMOTOR DE SATISFAÇÃO? DA ECONOMIA POLÍTICA À ECONOMIA PSÍQUICA

*MONEY PROMOTING SATISFACTION?
FROM POLITICAL ECONOMY TO PSYCHIC ECONOMY*

*EL DINERO COMO PROMOTOR DE SATISFACCIÓN?
DE LA ECONOMÍA POLÍTICA A LA ECONOMÍA PSÍQUICA*

*Lillian Nathalie Oliveira da Silva**

*Rogério da Silva Paes Henriques***

RESUMO

Este é um ensaio teórico que analisa o dinheiro como artefato condensador de opostos no psiquismo humano, apresentando-o como elemento conflitivo de satisfação. Parte-se da economia política e de sua atribuição do dinheiro como capital, capaz de satisfazer necessidades humanas. Contrapõe-se a isso a economia psíquica, de uma perspectiva psicanalítica, enfocando o dinheiro como atributo fálico em suas relações com a demanda e com o desejo do sujeito pulsional. Denuncia-se o engodo representado pela tentativa de contrabalançar a falta estrutural do sujeito com o dinheiro. Conclui-se que o modo de produção capitalista, ao pretender colocar a economia psíquica a serviço da economia política, enfrenta a resistência do sujeito pulsional.

Palavras-chave: dinheiro; psicanálise; economia política; economia psíquica; pulsão.

ABSTRACT

This work is a theoretical essay consisting in an analysis of money as a condenser of opposites in the human psyche, which is a conflicting component of satisfaction. It starts from political economy and its ascription of money as

* Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, SE, Brasil.

lillian_nat@hotmail.com

** Docente permanente no Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, SE, Brasil.

ruggerosph@gmail.com

capital, capable of satisfying human needs. Contrast that with psychic economy, from a psychoanalytic perspective, which views money as a phallic attribute in its relations with the demand and desire of the subject affected by the “Trieb”. The deceit represented by attempting to make up for the structural lack of the subject through money is denounced. We conclude that the capitalist mode of production, by trying to place the psychic economy at the service of the political economy, faces the resistance by the subject affected by the “Trieb”.

Keywords: money; psychoanalysis; political economy; psychic economy; Trieb.

RESUMEN

Esto es un ensayo teórico que analiza el dinero como un condensador de opuestos en el psiquismo humano, presentándolo como un elemento conflictivo de satisfacción. Se parte de la economía política y de su adscripción del dinero como capital, capaz de satisfacer las necesidades humanas. Se contraponen a eso la economía psíquica, desde una perspectiva psicoanalítica, enfocando el dinero como atributo fálico en sus relaciones con la demanda y con el deseo del sujeto pulsional. Se denuncia el engaño representado por el intento de contrabalancear la falta de estructura del sujeto por intermedio del dinero. Se concluye que el modo de producción capitalista, al intentar poner la economía psíquica al servicio de la economía política, enfrenta la resistencia del sujeto pulsional.

Palabras clave: dinero; psicoanálisis; economía política; economía psíquica; pulsión.

Economia política: o dinheiro como capital

A origem etimológica da palavra dinheiro advém do latim *denarius*, usada para denominar uma moeda corrente na Roma Antiga. Seu significado varia em função do contexto social (Brasil, 2002). O dinheiro movimenta a economia e a história das sociedades modernas, originando-se da necessidade de troca entre comunidades, sendo comumente oferecido ou recebido pela compra ou venda de bens, serviços ou outras coisas (Mayer, Duesenberry & Aliber, 1993; Galbraith, 1997).

A partir dos estudos sobre o dinheiro realizados pela economia política (Smith, 1776/1996; Marx & Engels, 1848/2001; Marx, 1867/1996; Huberman, 1936; Keynes, 1973/1996; Robert, 1989; Galbraith, 1997; Ferguson, 2007),

verificam-se algumas propriedades que o caracterizam, segundo um recorte específico que aqui nos interessa: é uma medida de valor para todas as coisas, funcionando por um princípio de generalização de função – precifica como caro aquilo que é raro e como barato o que é abundante, transforma as relações humanas em relações econômicas e reifica as condições de produção social do trabalho (funcionando como meio de circulação e assim se eternizando); consegue classificar pessoas diferenciando o grau entre o que é necessário, o que é conveniente e o que é ostensivo à vida; permeia-se de encantamento por constituir artefato condensador do trabalho humano. Contudo, talvez a propriedade atribuída ao dinheiro mais disseminada seja sua suposta capacidade de satisfazer as necessidades humanas, transformando-o em sinônimo de riqueza. Karl Marx (1867/1996) chega a afirmar em *O Capital* que a mercadoria, ou o dinheiro como equivalente geral de todas as mercadorias, é um artefato que, por suas propriedades elementares, satisfaz necessidades humanas de qualquer espécie, sejam estas originadas do “estômago ou da fantasia” (p. 165).

A história e evolução do dinheiro, com as transmutações que o fizeram unificador universal do comércio, introduzem uma lógica de elemento simbolizador capaz de se apresentar como um fim em si mesmo, através de sua condição de passagem a muitos fins desejáveis. O dinheiro se metamorfoseia no próprio objetivo final. Funciona, dessa forma, segundo Simmel (2009), por um princípio de generalização de função, valendo-se da teleologia – entendida como o estudo das finalidades, da atribuição de propósitos, da necessidade humana de explicações finalistas da sociedade e da humanidade – em que a consciência humana associa a sua obtenção como suficiente, como o fim em si e ultrapassa o caráter de meio propiciador.

Se o dinheiro consegue abarcar vários fins, ele agrega também a característica da inespecificidade, pois, através da associação, a consciência psicológica unifica suas mais variadas formas de aquisição e a especificidade atenua-se. Além de reversível/restituível, é o dinheiro que tudo torna impessoal e equitativo, o vulgar e o raro, visto que põe no mesmo patamar o que há de mais precioso e aquilo que existe em grande abundância (Simmel, 2009; Smith, 1776/1996).

Por sua vez, para além das análises sociológicas do dinheiro, Freud (1917/1996) assinala o conceito de equivalência simbólica, caracterizada como elo de representatividade capaz de equiparar elementos distintos na cadeia do inconsciente, que por similitudes de funções ou características semelhantes são considerados equivalentes, podendo facilmente substituir uns aos outros. Em suas atribuições acerca do dinheiro, Freud o põe como equivalente aos objetos fálicos, seguindo uma cadeia inconsciente de significações advindas das teo-

rias sexuais infantis. Inicialmente, equiparando os conceitos de fezes e dinheiro, aquelas constituem o primeiro objeto genuíno de troca de que dispõem as crianças, com o qual se pode iniciar a negociação afetiva com a mãe através do autocontrole esfinteriano.

A partir de experiências clínicas, Freud (1908/1996) faz também observações entre traços de caráter e a relação dinheiro/sujeira/sexualidade, em que os traços de ordem, parcimônia e obstinação correspondem a falhas no ato de defecação e a incontinência. Nos estudos sobre a sexualidade infantil (Freud, 1905/1996), lembra que a quantidade de excitação provinda das zonas erógenas do corpo (genitália, boca, ânus e uretra) sofre transformações ao longo da vida, e somente algumas destas permanecem de ordem diretamente sexual, sendo outras sublimadas em diversos destinos no período de latência, podendo tomar características até opostas a esse fim, de forma a mascarar a função sexual.

Através dos caminhos das transformações das pulsões, Freud (1917/1996) assinala uma cadeia simbólica de identificação na qual as crianças tendem a fazer equivaler os conceitos de fezes, bebê, dinheiro e pênis. Simbolicamente, portanto, tais conceitos mal se distinguem uns dos outros nos conteúdos do inconsciente. Dessa forma, o dinheiro se situa dentro de uma série simbólica na qual se enquadram os objetos fálicos mais representativos.

Nessa perspectiva, Freud (1908/1996) identifica a questão da ambivalência nos assuntos relacionados ao dinheiro também em analogia com as fezes, que se fazem equivalentes à moeda por um mecanismo de formação reativa na qual os opostos são comparados: aquilo que é mais imundo e o que é mais caro são, na cadeia simbólica inconsciente, identificados como sendo de mesma ordem.

Na economia política, a condição inerente de ambivalência manifesta-se no processo de entesouramento, do qual nos fala Karl Marx (1867/1996), apontando que, no início da circulação de mercadorias, o dinheiro era apenas o excedente transformado. Com o desenvolvimento da produção, as necessidades se renovam incessantemente, e são realizadas vendas sem compras, fazendo surgir, assim, os tesouros e aumentando o poder e a cobiça pelo dinheiro, mantendo a mercadoria como valor de troca ou o valor de troca como mercadoria. Dessa forma, explica que

[o] impulso para entesourar é por natureza sem limite. Qualitativamente ou segundo a sua forma, o dinheiro é ilimitado, isto é, representante geral da riqueza material, pois pode trocar-se diretamente por qualquer mercadoria. Porém, ao mesmo tempo, toda a soma efetiva de dinheiro é quantitativamente limitada, portanto também

apenas meio de compra de eficácia limitada. Essa contradição entre a limitação quantitativa e o caráter qualitativamente ilimitado do dinheiro impulsiona incessantemente o entesourador ao trabalho de Sísifo da acumulação. (Marx, 1867/1996, p. 253)

O autor denota, dessa forma, a habilidade do dinheiro de fazer com que seu entesourador abdique dos prazeres da carne e pratique a abstenção, pois para reter o dinheiro é necessário impedir sua circulação e sua dissolução em artigos de consumo. O dinheiro passa, então, a exaltar como virtudes a laboriosidade, poupança e avareza. A moeda “passa a ser um ativo que pode ser mantido como poder aquisitivo na forma pura, para ser gasto em alguma data futura indefinida, sendo assim uma forma de riqueza” (Val & Linhares, 2008, p. 96).

Marx (1867/1996) aponta que, como último produto da circulação de mercadorias, é o dinheiro a configuração elementar, a primeira forma de aparição do capital, diferenciando-se já pelo formato de circulação, em que há uma inversão no processo, pois, se no início era mercadoria-dinheiro-mercadoria, agora o capital requer uma transformação do dinheiro em mercadoria para que esta seja novamente transformada em dinheiro. A fórmula no capitalismo se torna dinheiro-mercadoria-dinheiro. É comprar para vender. O dinheiro como capital não se atrela somente à satisfação de necessidades, mas vira um fim em si mesmo, destituindo-se de seu valor de uso. É, portanto, a busca ilimitada pelo dinheiro o motor do sistema, o que se denomina capital.

Uma das primeiras funções do dinheiro é fornecer às mercadorias o material para a expressão de valor, condição que o torna o equivalente universal do comércio, agregador dos valores de bens e serviços disponíveis, funcionando dessa forma como *medida de valor* (Marx, 1867/1996). A moeda então se torna a criação de uma unidade padrão capaz de agregar em si o valor expresso dos mais diversos produtos e serviços que antes possuíam um valor particular (Lopes, 1942). Passa, portanto, a exercer essa função, tornando-se uma forma de manifestação da medida imanente do valor das mercadorias, que é o tempo de trabalho empregado. O meio de circulação imprime à mercadoria uma metamorfose. O processo de troca das mercadorias é um metabolismo social, na medida que se transfere as mercadorias de alguém para quem elas não possuem um valor de uso para aqueles que as façam tê-lo. E então, ao chegar ao patamar de possuir o valor de uso, a mercadoria sai do processo de intercâmbio para entrar no processo de consumo (Marx, 1867/1996).

Assim, na esfera do consumo, o dinheiro representa simultaneamente o *quantum* e o *quale* (Simmel, 2009), torna tudo indistinto e a partir da generali-

zação de função, tornam-se também equiparáveis os elementos de difícil mensuração, apesar de suas dimensões abstratas. É nesse contexto que o dinheiro a tudo pode comprar, desde a alimentação disponível nas prateleiras do supermercado, o serviço de transporte do qual a coletividade se utiliza, até os serviços de saúde e os de novas formas de subjetivação (Dantas & Tupinambá, 2015).

Ao tratar sobre as condições do dinheiro na clínica psicanalítica, Freud (1913/1996) o relaciona ao pagamento das sessões de análise, apontando que, ao lado das funções de autopreservação e obtenção de poder, o dinheiro carrega consigo poderosos fatores sexuais. Em suma, o dinheiro participa do circuito da sexualidade, mas não como causa pulsional, como veremos no tópico seguinte; o dinheiro reveste-se de importante estatuto psíquico, pois é capaz de amodar a própria constituição do eu.

Alçado pela economia política à ordem da necessidade, o dinheiro é supostamente capaz de dispender tudo o que o organismo precisa. No campo das relações sociais, o dinheiro só existe em função da linguagem e da troca, o que dá respaldo para a obtenção de poder e para a passagem da necessidade à demanda e ao desejo, desejo esse que implica a falta e ciclicamente leva o sujeito à busca pela satisfação, mas a satisfação é somente uma forma de encantamento do dinheiro, nunca sendo capaz de efetivar-se plenamente, denunciando assim um engano. Dessa forma, o dinheiro em sua atribuição de medida de valor se situa na fronteira entre aquilo que é individual e social, bem como entre aquilo que é representável e inapreensível em termos pulsionais.

O dinheiro é advindo da cultura de troca, do intercâmbio de mercadorias entre os membros de comunidades ativas. A partir de sua história e evolução, Smith (1776/1996) atenta para as normas existentes no processo de troca de mercadorias por dinheiro que determinam o valor que este recebe. Ao se referir a *valor*, devem-se considerar duas formas básicas com que esse termo se apresenta no contexto econômico: a primeira diz respeito ao *valor de uso* que determinado objeto tem, a outra ao seu *valor de troca*. Cotidianamente, a água possui um valor de uso maior que qualquer outra coisa, mas dificilmente alguém a aceitará em troca de outras mercadorias e, ao reverso, um diamante é pouco utilizado, mas por ele se pode trocar uma infinidade de outros bens. A água, portanto, tem um alto *valor de uso*, mas quase nenhum *valor de troca*, enquanto o contrário se observa no diamante.

O dinheiro, nas relações econômicas, implica uma eterna busca na transformação da mercadoria em seu valor de troca para seu valor de uso. Uma mercadoria, para seu possuidor, não tem valor de uso efetivo, o possível valor de uso concerne somente à capacidade que a mercadoria tem de transmutar-se em meio

de troca para algo que de fato tenha um valor de uso para seu possuidor. Portanto, a transformação da mercadoria em dinheiro implica essa ilimitada busca de seu possuidor por algo que o satisfaça (Marx, 1867/1996).

Economia psíquica: o dinheiro como atributo fálico

A relação de troca é a condição essencial do dinheiro, condição esta que cria possibilidades para a análise de seu paradoxo enquanto promotor de satisfação, pois o âmbito da cultura de troca, das relações sociais e da impossibilidade plena de satisfação é também um campo fecundo, senão estruturante, da teoria psicanalítica, formulada como um além da racionalidade, pondo como ativo um sujeito do inconsciente que dá aporte para os fundamentos das ambivalências existentes. A condição de troca é indispensável ao sujeito psicanalítico, que requer a consideração de que o humano é primitiva e prematuramente um ser de relação, um ser que vem ao mundo em total desamparo e não sobrevive senão a partir dos cuidados que lhe dedicam. Dessa forma, se a economia política enfatiza o âmbito da necessidade, em psicanálise se lida com a demanda e com o desejo. A demanda em psicanálise refere-se à significantização da necessidade, via código de linguagem. Isso advém do fato de que não há um código inato que determine uma conduta padrão de uma mãe, guiada pelo instinto materno, perante o choro de seu bebê recém-nascido; tal choro deverá necessariamente ser interpretado à luz da linguagem, como aquilo que a mãe julgará ser necessário ao seu bebê em função do lugar que ele ocupa no desejo materno.

O sujeito é, portanto, imprescindivelmente referido ao Outro (alteridade absoluta), um sujeito do inconsciente e um sujeito do desejo. O sujeito da psicanálise é da ordem de um vazio, dado que “seu desejo não procede de nada consistente, mas só da pura falta da Coisa” (Baas, 2001, p. 45) e na medida em que “a fonte pulsional gira em torno de um vácuo que nada pode saturar” (Cabas, 2009 p. 64).

Cabe ressaltar que aquilo que certas vertentes pós-estruturalistas consideram “subjetividade” ou “subjetivação” corresponde ao que em psicanálise se designa por “eu”. Nesse sentido, não há como tomar a nova figura antropológica que encarna o eu ideal capitalista – o indivíduo capitalizado que, contemporaneamente, assume-se como “empresário de si mesmo”, do qual nos fala Michel Foucault (2008, p. 311) em *Nascimento da biopolítica* – como causa de uma nova assunção subjetiva. Para a psicanálise, “um sujeito não é causa. Quando muito, ele é causado. [...] é uma função e não uma instância (psíquica). [...] essa função

carece de conteúdo próprio”, de substancialidade (Cabas, 2009, p. 10). “O sujeito freudiano é um correlato da pulsão, um efeito da satisfação (em tempo: do gozo). [...] é – em última instância – um dos efeitos do real” (ibid., p. 73).

O sujeito pulsional é o mesmo que mantém uma relação intrínseca com a sexualidade, pois a fonte pulsional funciona por um viés excitatório que requer permanentemente um ato capaz de lhe diminuir a excitação, mas a pulsão é sempre parcial, submetida ao órgão de origem, impossível de abarcar um ato íntegro e denota assim um ponto impossível de conter (Freud, 1915/1996). A fenda encontrada entre a impossibilidade de saturação da pulsão é o lugar do sujeito em questão, lugar esse marcado pela ambivalência e pela dualidade, inatingível, da satisfação plena (Cabas, 2009).

O sujeito pulsional se desenvolve sexualmente como um ser dividido, marcado pelos circuitos pulsionais atrelados à sexualidade. Como visto, o dinheiro perpassa diferentes instâncias, sendo revestido por poderosos fatores sexuais, de autopreservação na ordem da necessidade e obtenção de poder nas relações sociais. Dessa forma, pode revestir-se com a marca fálica, tornando-se índice de uma complementaridade perdida (Freud, 1913/1996).

Vimos também que, segundo a economia política, o dinheiro se faz promotor da vida com o suprimento das necessidades ligadas à sobrevivência do indivíduo, mas o conceito de necessidade não basta ao se tratar do sujeito humano. O dinheiro, advindo da cultura de troca, perpassa o âmbito das relações humanas, e indica indispensavelmente um deslocamento do eixo de necessidade para aquela da demanda e do desejo, pois:

É nesse desencontro que nascemos e nos constituímos como sujeitos, dependendo da palavra, de início vagidos, interpretada pelo outro, para obter a satisfação. É nesse contexto que as necessidades do sujeito se transformam em demanda, demanda de que o outro o ame, única garantia de sobrevivência. O que escapa entre a necessidade e a demanda é o desejo que anima o sujeito do inconsciente.

Esse desejo provém da falha, da impossibilidade de que o outro o entenda totalmente ou mesmo que atenda totalmente sua demanda de amor inesgotável e, portanto, impossível de ser atendida (Ribeiro, 2011, p. 8).

A travessia da ordem da necessidade àquela do desejo requer do sujeito a passagem pelas relações sociais que o estruturam. Dessa forma, o dinheiro, surgi-

do essencialmente como um meio coletivizado, representa socialmente o limite egoico, e não se faz somente parte do meio ou uma forma social de troca. Na economia psíquica, de promotor de necessidades humanas, transita num fluxo imanente para aquilo que é da ordem da demanda, intrínseco à sua implicação decorrente da linguagem (Quinet, 2009).

A marca da castração impulsiona as dimensões do dinheiro atribuídas por Freud, pois na dimensão do desejo ela opera marcando o sujeito pela falta, sendo também por meio dessa marca que o dinheiro se investe do atributo narcísico. Nessa função, o equivalente universal escamoteia a falta inerente ao ser, dissimulando-a, pois põe-se como completo a partir da atribuição de que a tudo pode comprar, de que pode suprir todo tipo de necessidade, dando a impressão de que o sujeito não é barrado, que pode alcançar a completude e a satisfação total tão almejada.

No entanto, não demora o desmascaramento de que a onipotência sobre a marca fálica se faz somente como uma impressão frívola, acabando por denunciar o ser cindido, pois mesmo no âmbito econômico, o dinheiro se faz finito. A condição de ser o dinheiro limitado e escasso é a mesma que dá definição ao objeto de estudo das ciências econômicas – a alocação de recursos escassos, com o propósito de satisfazer as diversas necessidades humanas, pois a escassez se faz presente em todas as sociedades, estando relacionada ao conflito entre necessidades ilimitadas e recursos limitados (Albergoni, 2008; Gonçalves & Guimarães, 2011). Dessa forma, o dinheiro se fará escasso diante da realização de algum desejo, pois nunca existirá no mundo em quantidade suficiente, capaz de garantir satisfação plena.

O furo pulsional do sujeito é atualizado então na demanda eterna pelo dinheiro, uma vez que quanto mais abundante este se torna, mais querido e mais desejado se faz proporcionalmente, nunca se furtando à satisfação. A título de exemplificação, Teixeira e Couto (2010), analisando a cultura do consumo sob a ótica psicanalítica, apontam que a promessa de completude é enganosa e que “o sistema capitalista, agregado ao discurso científico, alimenta seu modo de produção e funcionamento” (p. 584) a partir de uma sensação nostálgica de completude, em que o sujeito entra num processo autista e se imobiliza a fim de reaver sua parte perdida, recaindo com isso no processo de rotatividade de produtos potencialmente descartáveis.

A sujeição humana às exigências pulsionais se dá pelo fato de a regência do princípio do prazer se caracterizar pela existência de extrema excitação psíquica, a qual produz uma tensão permanente no psiquismo que pretende incessantemente evacuar a tensão sem, no entanto, obter êxito, causando um desprazer. O psiquismo estrutura-se de modo a se livrar da tensão desprazerosa a todo custo

e trabalha sempre no sentido de dar vazão às tensões, revelando a busca incessante pelo prazer. Porém, em contrapartida, no momento em que se depara com as exigências do mundo externo, o sujeito compreende que a liberação do desprazer nem sempre se faz passível de realização imediata, necessitando adiar por certo tempo a obtenção do prazer, de acordo com as restrições do princípio da realidade (Freud, 1911/1996).

Nos processos de fortalecimento do eu em que o dinheiro se faz promotor, há uma contramão da sublimação no retardo do princípio do prazer, substituído por uma satisfação imediata das pulsões. Nesse processo, o que está em evidência é a relação entre o dinheiro e a falta, esta como a inscrição do furo psíquico. O dinheiro traz o sentimento de satisfação imediata, tendo em vista, no entanto, que o psiquismo humano é constituído em torno de um furo que não se pode saturar. Uma vez que a fonte de prazer nunca se esgota e que este é obtido somente de forma parcial (Cabas, 2009), as satisfações possibilitadas imediatamente pelo dinheiro se fazem também parciais, e o dinheiro tem a propriedade de atender cada ilusão de demanda humana que, por sua vez, libera prazer, por mais elaboradas e complexas que sejam de se adquirir.

Logo, ao mesmo tempo em que a falta alude à satisfação, ela também a impossibilita, por ser constitutiva do sujeito. A partir de então, o que se tem é de um lado o desejo e do outro a demanda. Ao se aplacar a demanda pelo consumo, ela nunca chega à satisfação, sendo somente relançada. O dinheiro, então, se reveste de estatuto fálico por se apresentar como o que viabiliza a satisfação plena, aplacando a falta. No entanto, diante da falta, o sujeito responde com dinheiro e consumo, o que faz somente com que não se depare com a falta-da-falta (angústia), lançando a possibilidade de sublimação (Metzger, 2014).

Nesse sentido, essa eterna busca por satisfação que o dinheiro sustenta, estimulando a aquisição de bens e serviços que supram a falta estrutural, denota a ambivalência constitutiva do sujeito apontada por Freud (1913/1996), ao discorrer sobre o papel do dinheiro no tratamento psicanalítico.

A resistência pulsional à objetificação monetária

Vimos que uma das características elementares do dinheiro é que ele serve como medida universal de valor, porque é capaz de reificar o trabalho humano empregado nas mercadorias; no entanto, verdadeiramente é o trabalho a real medida do valor de todas as coisas (Smith, 1776/1996). Marx (1867/1996) elabora o dinheiro como detentor de uma *performance* que transforma as relações humanas

em relações econômicas, afirmando que o dinheiro tem essa propriedade porque as mercadorias por si só não são passíveis de movimentação isolada, necessitam de pessoas que as reconheçam como mercadorias e que desejem reciprocamente realizar o processo de troca. Os possuidores de mercadorias precisam se reconhecer como proprietários privados, como representantes de mercadorias, como possuidores de mercadorias. Dessa forma, os personagens econômicos são personificações das relações econômicas. Possuidor e mercadoria se completam, e os sentidos que faltam a esta para perceber até que ponto é vantajoso trocar-se por outra, o seu possuidor os tem.

A satisfação tem como ponto inicial de medida o trabalho humano empregado na mercadoria, uma vez que aquele se conta somente se esta for útil a outras pessoas. O processo de troca demonstra como o trabalho é empregado de forma útil; assim, a troca é um processo social, pois “apenas a ação social pode fazer de uma mercadoria equivalente geral” (Marx, 1867/1996, p. 211), e o dinheiro, eleito como mercadoria universal, é o equivalente geral detentor do aspecto social que permeia o processo de troca das mercadorias. O dinheiro agrega essa característica de relações humanas, do emprego do trabalho de forma social, tem como função “servir de forma de manifestação do valor das mercadorias ou de material, no qual as grandezas de valor das mercadorias se expressam socialmente” (ibid., p. 212).

O dinheiro é mercadoria. Essa descoberta é elementar. Então, o que Marx mostra verdadeiramente é que o dinheiro é subsequentemente o reflexo em uma única mercadoria das relações de todas as outras mercadorias e dessa conjuntura decorre o fato de ser ele também a encarnação direta do trabalho humano, já que a mercadoria é a reificação das condições de produção social, ou dos produtos do trabalho humano. Portanto, para Marx, o enigma do fetiche do dinheiro é apenas a usurpação que o dinheiro faz – já que é unificador geral – do enigma do fetiche da mercadoria, pois é “uma relação social definida entre os homens, que assume aos olhos deles a forma fantasiosa de uma relação entre as coisas” (Marx, citado por Žižek, 1996, p. 308).

Assim, a condição do dinheiro como medida universal de valor dá aporte para várias outras atribuições suas. Ao ser a reificação do trabalho humano, e este ser a única medida de valor com a qual se pode comparar valores de diferentes mercadorias a qualquer tempo e lugar, o dinheiro se mostra como um espectro linear de valor, visto que os valores de mercadorias em formas específicas podem variar com o tempo, sendo muito valiosas em uma época e dispensáveis em outras. Dessa forma, a medição em dinheiro se tornou paulatinamente mais eficaz que a medição direta em trabalho (Smith, 1776/1996).

Já a partir dessa linearidade, pode-se apontar para o funcionamento do inconsciente, que é atemporal e no qual a realidade psíquica nunca perde o valor. Na lógica do inconsciente, portanto, a partir da série de equivalências simbólicas, as fezes, como equivalentes diretas e primitivas do dinheiro, constituem o objeto mais valioso de que o sujeito dispõe na infância, tão valioso que adquire o sentido de dádiva, tornando esse sentido expansivo de forma atemporal para o dinheiro no inconsciente. As fezes são ainda, fundamentalmente, produtos do trabalho da criança.

A partir dessas articulações entre a economia política e a economia psíquica, pode-se atentar para a discussão de que, se o real valor de uma mercadoria – e do dinheiro como equivalente geral – é o trabalho humano nele investido, essa propriedade mede-se mais adequadamente pelo tempo de trabalho nela empregado, ou seja, o que confere valor a um produto é o tempo de trabalho necessário à sua produção. Nesse sentido, Goes (2008), dando aporte também ao funcionamento do dinheiro que torna a tudo indistinto, o *quantum* e o *quale*, lembra que

A força de trabalho é negociada no mercado como qualquer mercadoria. Assim que ela tem valor de uso, valor de troca, e este valor é expresso em um equivalente que norteia a formação do preço dessa mercadoria, o salário. A força de trabalho é, diariamente, vendida e comprada, e seu consumo supõe uma temporalidade; então, ela é negociada por um certo período de tempo (Goes, 2008, p. 173).

O capitalismo, sistema econômico de maior vigência no mundo contemporâneo, tem por máxima mais adequada a expressão *time is money*. Contudo, essa máxima mascara o tempo de trabalho gasto pelo trabalhador que não é contabilizado, e que, por isso, não é pago. O tempo de trabalho não contabilizado, denunciado por Marx (1867/1996) sob a rubrica da mais-valia, delata algo que escapa, como um “à mais” na relação entre trabalho/tempo/dinheiro (Quinet, 2009). Uma vez afastado o naturalismo presente na noção de necessidade em Marx, a economia se revela uma política do gozo que se encarna nos modos de satisfação pulsional.

No imaginário social, o dinheiro é o objeto privilegiado da posse, pois escamoteia a castração e aparenta ser trocado por tudo. No entanto, quando entra em jogo a discussão da mais-valia como o tempo de trabalho roubado, que não é pago, o que na verdade torna-se explícito é que o dinheiro é verdadeiramente uma falta. Uma falta de satisfação mútua, de via dupla, onde o objeto da troca se faz de um lado como aquilo que o vendedor pode, mas não quer usufruir, pois seu valor

de uso não o satisfaz, e do outro lado, explana aquilo de que o comprador quer, mas não pode, desfrutar, porque o valor de uso lhe escapa por não ter o objeto (Quinet, 2009).

Nessa elaboração, o que se observa em tempos atuais é a passagem de uma sociedade de produtores para uma sociedade de consumidores, na qual a presentificação da transformação das relações sociais em relações mercadológicas se torna visivelmente efetiva. Na sociedade de consumidores, a própria visão de si torna-se ponderada pela visão de mercado, em que pese a propaganda para fazer vender a si como produto de boa qualidade no mercado. Os seres “são, ao mesmo tempo, os *promotores das mercadorias* e as *mercadorias que promovem*. São, simultaneamente, o produto e seus agentes de marketing, os bens e seus vendedores” (Bauman, 2008, p. 13).

Enquanto produtos a serem vendidos, os indivíduos são estimulados instantaneamente a exigir mais de si no sentido de desligar-se das amarrações relacionais, pois no mercado de trabalho potencial o “empregado ideal seria uma pessoa sem vínculos, compromissos ou ligações emocionais anteriores, e que evite estabelecê-las agora” (Bauman, 2008, p. 18). O mercado de trabalho, no entanto, é mais um tipo de mercado, como o próprio nome sugere, e é, portanto, regido pelas mesmas regras: os trabalhadores são produtos.

A soberania do consumidor, ao contrário do que propala a sociedade, tem seu limite alcançado no encontro entre seres humanos, os quais são dotados de sentidos que veem, escutam, se põem e necessitam do outro com características humanas também para entrar em relação. Contrariamente às leis de facilidade do mercado, as relações sociais não prometem felicidade gratuita, pois lidam com desejos e inclinações dos diversos agentes. Na sociedade do consumo fica mascarada essa condição, assim como Marx (1867/1996) denunciou o mascaramento do fetichismo da mercadoria como o trabalho humano empregado, em que as mercadorias aparentemente se destituem de sua condição de trabalho humano social com aplicação de tempo e energia, e se mostram como objetos submissos colocando os compradores no desempenho do papel de sujeitos. Žižek (1996) lembra que o dinheiro é apenas

uma materialização de uma rede de relações sociais – o fato de ele funcionar como equivalente universal de todas as mercadorias é condicionado por sua posição na trama das relações sociais [...] Aqui, tocamos no clássico tema marxista da “reificação”: por trás das coisas, da relação entre as coisas, devemos identificar as relações sociais, as relações entre os sujeitos humanos (p. 314).

Dessa forma, assim como o fetichismo da mercadoria, o fetichismo da subjetividade baseia-se numa mentira, numa ilusão, e “ambas as variações tropeçam e caem diante do mesmo obstáculo: a teimosia do sujeito humano, que resiste bravamente às repetidas tentativas de objetificá-lo” (Bauman, 2008, p. 30).

A condição do dinheiro como modificador do eixo relacional humano, em que pese a alocação do sujeito no lugar de objeto, parece apontar para o impasse maior da sensação de bem-estar do humano para com o dinheiro. Essa condição acaba por denunciar, tudo em nível que foge à consciência, uma objetificação do ser que não se faz cabível em sua existência. O sujeito psicanalítico é da ordem da demanda, da ordem do desejo em que não se suporta saturação, satisfação e completude.

Considerações finais

O dinheiro em si indica a ambivalência conflitiva da constituição humana; utiliza da caracterização da marca fálica, vendendo o sentido de completude e satisfação plena, ao passo que representa a impossibilidade de obtenção íntegra já no processo de aquisição, desvelando assim a falta implicada no desejo.

Como via de satisfação, o dinheiro não é comportado pelo sujeito antagônico marcado pela falta, pois perpassa o âmbito da castração, tentando negá-la, indicando que com sua posse, a tudo se pode suprir, exaltando a onipotência narcísica desejada, mas nunca instituída. É verdadeiramente uma falta, a falta de satisfação mútua, uma insatisfação de via dupla.

Por se metaforizar no ciframento da estrutura psíquica humana, o dinheiro se imbuí de uma carga condensada e esbarra na resistência do sujeito ao se opor à tentativa de objetificação.

Os sistemas econômicos têm adotado a “forma-empresa” (Deleuze, 1992) e, por intermédio do dinheiro, vêm tentando apagar a distinção entre pessoas e mercadorias, afirmando que ninguém é insubstituível. No entanto, o sujeito psicanalítico, implicado no desejo, até tropeça nas armadilhas das capturas subjetivas articuladas ao dinheiro, mas acaba por resistir à objetificação monetária e ao lugar-comum. A resposta do sujeito pulsional ao dinheiro é que ninguém é de fato substituível, pois não há igualdade em se tratando de gozo.

Referências

- Albergoni, L. (2008). *Economia*. Curitiba: IESDE, Brasil S.A.
- Baas, B. (2001). *O Desejo Puro*. Rio de Janeiro: Revinter.
- Bauman, J. (2008). *Vida para consumo: a transformação das pessoas em mercadorias*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- Brasil. Banco Central do Brasil (2002). *O que é o dinheiro?* Cadernos BC. Série Educativa.
- Cabas, A. (2009). *O Sujeito na psicanálise de Freud a Lacan: da questão do sujeito ao sujeito em questão*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- Dantas, D.; Tupinambá, G. (2015). O analista cobra, o paciente paga – e a economia política dá o troco. *Lacuna*, 1(0). <https://revistalacuna.com/2015/09/29/o-paciente-paga-o-analista-cobra-e-a-economia-politica-da-o-troco/>
- Deleuze, G. (1992). *Post-scriptum* sobre as sociedades de controle. In: *Conversações*, p. 219-226. Rio de Janeiro: Editora 34.
- Ferguson, N. (2007). *A lógica do dinheiro: riqueza e poder no mundo moderno*. Rio de Janeiro: Record.
- Foucault, M. (2008). Aula de 14 de março de 1979. In: *Nascimento da biopolítica*, p. 297-327. São Paulo: Martins Fontes.
- Freud, S. (1905/1996). Três ensaios sobre a teoria da sexualidade. In: *Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud*, vol. 7. Rio de Janeiro: Imago. (Original publicado em 1905).
- Freud, S. (1908/1996). Caráter e erotismo anal. In: *Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud*, vol. 9. Rio de Janeiro: Imago. (Original publicado em 1908).
- Freud, S. (1911/1996). Formulações sobre os dois princípios do funcionamento mental. In: *Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud*, vol. 12. Rio de Janeiro: Imago. (Original publicado em 1911).
- Freud, S. (1913/1996). Sobre o início do tratamento: Novas recomendações sobre a técnica da psicanálise I. In: *Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud*, vol. 12. Rio de Janeiro: Imago. (Original publicado em 1913).
- Freud, S. (1915/1996). Os instintos e suas vicissitudes. In: *Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud*, vol. 14. Rio de Janeiro: Imago. (Original publicado em 1915).
- Freud, S. (1917/1996). As transformações do instinto exemplificadas no erotismo anal. In: *Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud*, vol. 17. Rio de Janeiro: Imago. (Original publicado em 1917).
- Galbraith, J. (1997). *Moeda: de onde veio, para onde foi*. São Paulo: Pioneira.
- Góes, C. (2008). *Psicanálise e capitalismo*. Rio de Janeiro: Garamond.

- Gonçalves, C.; Guimarães, B. (2011). *Introdução à economia*. Rio de Janeiro: Elsevier.
- Huberman, L. (1936). *História da riqueza do homem*, 20ª ed. Rio de Janeiro: Zahar.
- Keynes, J. (1973/1996). *A teoria geral do emprego, do juro e da moeda*. São Paulo: Nova Cultural. (Original publicado em 1973).
- Lopes, J. (1942). *Moeda e bancos: uma introdução*, 2ª ed. São Paulo: Atlas.
- Marx, K. (1867/1996). *O Capital: crítica da economia política*, vol. 1. São Paulo: Nova Cultural (coleção Os Economistas). (Original publicado em 1867).
- Marx, K.; Engels, F. (1848/2001). *O Manifesto Comunista*. <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/cv000042.pdf> (acessado em 11-set-2019). (Original publicado em 1848).
- Mayer, T.; Duesenberry, J.; Aliber, R. (1993). *Moedas, bancos e a economia*, 4ª ed. Rio de Janeiro: Campus.
- Metzger, C. (2014). *O estatuto teórico-clínico da sublimação no ensino de Jacques Lacan: a sublimação como tratamento do gozo* (tese de doutorado). São Paulo. Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo.
- Quinet, A. (2009). *As 4 + 1 Condições da Análise*, 12ª ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- Ribeiro, M. (2011). *A Neurose Obsessiva*, 3ª ed. Rio de Janeiro: Zahar.
- Robert, J. (1989). *A Origem do Dinheiro*, 2ª ed. São Paulo: Global (coleção Universidade Popular).
- Simmel, G. (2009). *Psicologia do dinheiro e outros ensaios*. Lisboa: Texto e Grafia.
- Smith, A. (1776/1996). *A Riqueza das Nações: investigação sobre sua natureza e suas causas*. São Paulo: Nova Cultural (coleção Os Economistas). (Original publicado em 1776).
- Teixeira, V.; Couto, L. (2010). A cultura do consumo: uma leitura psicanalítica lacaniana. *Psicologia em Estudo*, Maringá, 15(3), jul.-set. 2010, 583-591.
- Val, V.; Linhares, L. (2008). O Papel da Moeda em Marx e Keynes. *Leituras de Economia Política*, Campinas, 14, ago./dez, 81-107.
- Žižek, S. (1996). Como Marx inventou o sintoma? In: Žižek, S. (org.). *Um mapa da Ideologia*. Rio de Janeiro: Contraponto.

Recebido em 21 de março de 2018

Aceito para publicação em 19 de junho de 2018